SUJEITOS E SUBJETIVIDADES ECOLÓGICAS NAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL DA SALA VERDE UFSC

Ledia Augusta de Souza. E-mail: lediaaugusta@gmail.com

Orientador: Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim. E-mail: geopaulo@ifsc.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/ Campus São José.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o público atingido pela Educação Ambiental não formal, promovida pela Sala Verde UFSC, por meio de oficinas. A metodologia aplicada foi a pesquisa documental dos arquivos da Sala Verde UFSC com o objetivo de conhecer a história deste espaço. Juntamente à pesquisa documental foi aplicada uma pesquisa qualitativa através de questionário semiestruturado para buscar a informação de qual público se fazia presente neste Espaço de Disseminação nos dias atuais e, assim, inferir como este público tencionava aplicar os conhecimentos adquiridos. Para a leitura dos dados, esse estudo teve como base o conceito de educação ambiental, visto na Lei nº 9795/1999, REIGOTA (2014), SILVA (2005) e de Sujeito ecológico, visto em CRESPO (1992) apud CARVALHO (2001). Deste modo, chegou-se aos resultados de que o Espaço de Disseminação da Sala Verde UFSC consegue propagar uma Educação Ambiental não formal no sentido de buscar a conscientização dos participantes de seu Espaço por meio de atividades sustentáveis, bom uso da natureza para uma vida consoante com a mesma e de um trabalho de destinação correta de resíduos. Pôde-se observar que público que chega até o Espaço de Disseminação da Sala Verde UFSC são pessoas tocadas por um sentimento de sujeito ecológico. Assim, os resultados indicam a necessidade de cada vez mais se ter investimento em Educação Ambiental por parte do governo e da sociedade como um todo para criar este sentimento de cuidado com o Meio Ambiente. E, além disto, acarreta considerar, além dos Espaços de Disseminação da Educação Ambiental já existentes, a criação e fomentação de outros espaços, bem como o incentivo à formação de profissionais para a divulgação maciça da Educação Ambiental.

PALAVRAS- CHAVE: Educação Ambiental. Sala Verde UFSC. Sujeito Ecológico. Espaço educativo não formal.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 9795/1999 em 27 de abril de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental, nesta vale salientar o seu Art. 13, o qual conceitua Educação Ambiental não formal. Diz que “Entendem-se por educação ambiental não-formal (sic) as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Diante disto, pode-se afirmar que a Educação Ambiental não formal ocorre no dia a dia de um número incalculável de pessoas atualmente, uma vez que é toda ação e prática educativa que busca sensibilizar as pessoas para o cuidado com o Meio Ambiente. E isto se dá em vários âmbitos, um exemplo é no familiar, seja dentro da própria casa, ou em um parque na presença de atividades educativas sustentáveis. O primeiro, no qual a orientação dos pais pode ocorrer no que se refere ao respeito e “economia” em relação ao Meio Ambiente, é um modo de educação Ambiental não formal. O segundo, os filhos com a presença dos pais tendo acesso a uma Educação Ambiental não formal. Por este exemplo, vê-se a forma incalculável citada, não por quantidade que não se possa contar, mas sim, pela impossibilidade de mensurar como se dá a Educação Ambiental não formal. Foi desta necessidade de compreender como o fato ocorre nos dias de hoje, que nasceu a curiosidade pela Sala Verde UFSC e como esta, por sua vez, como um ambiente de educação ambiental não formal, faz esta disseminação de ideias sustentáveis e respeitosas sobre o Meio Ambiente. Para, além disto, qual o público que busca, espontaneamente, a Educação Ambiental não formal promovida pela Sala Verde UFSC e como este pretende levar o conhecimento aprendido adiante.

Já de princípio, vê-se que é inegável a necessidade de diálogos sobre o tema Meio Ambiente por sua ligação íntima com a vida humana, uma vez que os humanos não vivem à parte do Meio Ambiente e sim fazem parte dele e suas ações impactam, diretamente, no meio em que vivem. Por isso, criam-se meios e estratégias para que a Educação Ambiental encontre o maior número de pessoas possível. É neste ponto que se vê a importância da Educação Ambiental não formal, a qual possui evidente atuação, porém com poucos dados para mensuração. Mas isto vem provar que mesmo sem poder ser mensurada, tem papel fundamental nesta luta em favor do Meio Ambiente e deve ser fomentada, pois trás enriquecimento socioambiental e

conscientização ecológica. Este seria um caminho para atingir, e procurar criar, uma consciência ecológica no maior número de pessoas possível.

Deste mote, este artigo guarda fundamental importância para visualizar a concretude da Educação Ambiental não formal no âmbito da Sala Verde UFSC, como se deu a evolução do trabalho desde seu nascimento e como as ações ocorrem atualmente. E, consequentemente, quem são as pessoas tocadas por este serviço prestado pela Sala Verde UFSC. Por isso, é de total importância, também, definir o que é a Educação Ambiental formal e o que é a Educação Ambiental não formal neste artigo, para que se possa ter claro como coexistem e como se complementam, bem como identificar como se dá a Educação Ambiental não formal na Sala Verde UFSC, foco deste artigo, e elencar a fala experiencial do público que a procura e é atingido por ela.

Para que se pudesse achar o caminho adequado deste artigo e analisar o público atingido pela Educação Ambiental não formal, promovida pela Sala Verde UFSC, por meio de oficinas, escolheu-se a pesquisa documental e a pesquisa qualitativa para nortear a metodologia aplicada. Pela pesquisa documental pode-se conhecer a história deste espaço, foram os documentos pesquisados na Sala Verde UFSC que “contaram” a construção e evolução no campo da Educação Ambiental não formal desta instituição. Foi a pesquisa qualitativa, em forma de um questionário semiestruturado, que demonstrou o perfil das pessoas alcançadas pela ação da Sala Verde UFSC nos dias atuais. Por meio desta pesquisa se pode inferir como este público tencionava aplicar os conhecimentos adquiridos.

OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Parte-se da necessidade de pontuar o que é Educação Ambiental, visto ser a Educação Ambiental não formal, o complemento desta, o local para o qual se olha deste artigo. Cumpre-se dizer, então, que o Ministério do Meio Ambiente criou a Lei nº 9795/1999 em 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta lei traz em seu Art. 1º que,

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Anterior à Lei, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) já traziam a importância do conhecimento e do debate sobre as questões voltadas à vida coletiva. A Educação Ambiental estava presente nas escolas públicas e particulares, em todo o território nacional, como um dos cinco temas transversais a serem tratados nas salas de aula, ou seja, como uma destas questões ligadas aos temas socioculturais. Citam-se Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual, desde 1996. Importante dizer que a definição e escolha destes temas adotaram-se com base em alguns critérios, todos importantes, contudo, para o atendimento deste trabalho, dentre eles a atenção é devida para "Favorecer a compreensão da realidade e a participação social". Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais este critério possibilita aos alunos desenvolverem,

> a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável [...] deve possibilitar uma visão ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, além de desenvolver um trabalho educativo que possibilite uma participação social. (PCN, 1997, p. 26)

Ainda é necessário salientar que conhecer e debater sobre os problemas ambientais, além de saber das consequências desastrosas para a vida humana e assim trazer um alerta, promove uma atitude de cuidado e atenção para com estes temas e também traz um pouco de esperança às gerações futuras. Assim, compreende-se a importância de tratar dos temas transversais nas salas de aula de modo institucionalizado e permitir a todas as disciplinas presentes no currículo das escolas a menção deste assunto.

É, neste ponto, que se deve questionar o alcance da educação ambiental não formal, uma vez que, para as instituições escolares é, via de regra, a aplicação da Educação Ambiental e assim, acredita-se que, para estas instituições, se faz o trabalho necessário de conscientização. No entanto, como ficam as pessoas que não tiveram acesso a este tema transversal na escola? Ou ainda, qual o contato que as pessoas externas às instituições que oferecem Educação Ambiental têm com a temática do Meio Ambiente de uma maneira não formal?

Por isso, para uma melhor compreensão do presente trabalho, faz-se obrigatório então, registrar um histórico dos caminhos percorridos sobre o nascimento da Educação Ambiental e de uma consciência ecológica. Estes dois

temas vinham se delineando em nível mundial desde os anos 50. Tal delineamento foi percebido por uma “verdadeira revolução de costumes com a descoberta da pílula anticoncepcional, a demonstração de rebeldia dos jovens, expressas em grande parte em torno do *rock and roll”* (GONÇALVES, p. 11). Esta efervescência de mudanças cria o cenário propício para questionamentos acerca do modo de vida das pessoas. Em continuidade ao que nasceu com esta mudança de costumes, as críticas da população não ficavam mais restritas às lutas comuns ao início do século XX, como os questionamentos sobre a ordem sociopolítica e cultural da sociedade que estava instituída. Segundo Gonçalves (2013) em seu livro *“Os (des)caminhos do meio ambiente”* :

> A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida [...] os movimentos que emergem da década de 1960 partem da situação concreta de vida dos jovens, das mulheres, das ‘minorias’ étnicas, etc. para exigir a mudança destas condições. (GONÇALVES, p. 11).

Pode-se observar que quando uma mudança fica efervescendo por acontecer ela emerge com mais força. Assim, o movimento ecológico nasceu de um cenário que clamava por mudanças, nasceu de um cenário histórico-cultural que questionava as condições de vida das pessoas associando isto ao meio em que viviam. Por isso, através do

> movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar. (GONÇALVES, 2013, p. 12)

Diante disto, compartilha-se o olhar, a responsabilidade pela solução dos problemas cotidianos com a sociedade como um todo e não mais sob a responsabilidade, apenas, dos governantes ou do capitalismo. Não se pode isentar estes dois agentes da fatia maior de responsabilidade, mesmo porque está-se

falando de políticas públicas, vontade política e força do dinheiro. No entanto, quando se identifica esta responsabilidade do ser humano com o meio de vida, com o meio ambiente, fica clara a necessidade de intensificar o ensino de Educação Ambiental para a população em geral. Neste caso sim, na hierarquia política social traz a obrigatoriedade de ofertar meios para que a população conheça, experiencie e possa cuidar do Meio Ambiente.

No âmbito nacional, já ciente das circunstâncias e em um processo de conscientização ecológica, por assim seguir as tendências mundiais, o poder público no Brasil, inclui na Constituição Federal de 1988, o Art. 225. Este Artigo explicita que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Nota-se que a atenção devida à problemática do meio ambiente estava se desenhando no Brasil, embora fosse um esboço, uma vez que muito ainda se debatia sobre um bem tão valioso com envolvimentos monetários, industriais e humanos. No entanto, a lei magna trouxe à luz a responsabilidade do cuidado com este bem, incumbindo ao poder público assegurar a efetividade do direito.

Em uma sequência lógica, fez-se necessário criar políticas públicas para que a carta magna fosse cumprida, ou pelo menos criar condições para o exercício do direito concedido. As condições criadas se revelam na educação, reafirmando a importância e força que a mesma possui. Assim, o ministério do Meio Ambiente cria a Lei nº 9795/1999 em 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

O Art. 1º, citado anteriormente, e todo o conteúdo da referida lei, elucidam para uma compreensão acerca da necessidade e obrigatoriedade do cuidado para com o Meio Ambiente. Importante salientar que incumbe desta feita, não só o poder público ter a responsabilidade do zelo para com o Meio Ambiente, na questão educacional todos possuem a responsabilidade. Cita-se as instituições educativas, os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, os meios de comunicação de massa, as empresas, as entidades de classe, as instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo.

Por este prisma, pode-se afirmar que a Educação Ambiental e a formação de conscientização de sujeitos ecológicos teve um marco legal no Brasil. Por este motivo, esperava-se que o tema Meio Ambiente ficasse em voga nos âmbitos educacionais e sociais e, assim, contemplasse a lei existente. No entanto, a contemplação acontece de forma extremamente tímida, pois a realidade do nosso país mostra o quanto estamos longe de cumprir a lei, embora esta seja uma teoria exemplar. Além disto, ainda, não se pode mensurar o alcance da Educação Ambiental diante da necessidade de cuidado para com que Meio Ambiente, e por isso que se tem o surgimento da Educação ambiental não formal em paralelo com a formalidade, pois imbuídos do sentimento ecológico, vários atores sociais fazem o trabalho de disseminação de Educação Ambiental não formal.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL E A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ACOLHÊ-LA

Partindo do Artigo 1º da Lei 9795/1999 como um norte, pode-se reforçar a importância da Educação Ambiental não formal como o complemento de uma Educação Ambiental formal. Vale lembrar que a Lei em seu Art. 13. define que a Educação ambiental não formal é toda ação e prática educativa que sensibilize as pessoas para defenderem o Meio Ambiente e procurarem uma coletividade mais sustentável. Toda ação educativa ambiental, de acordo com a Lei, deve acontecer incentivado pelo Poder Público, em seus níveis federal, estadual e municipal. A necessidade de conhecimento e disseminação do tema, por até um motivo de sobrevivência da espécie humana, requer cercos de todas as direções.

E esta Educação Ambiental se faz presente em inúmeros locais e momentos da vida cotidiana, pois, circula nos meios de comunicação de massa; tem atividades programadas por organizações não governamentais; de forma tímida, mas existente, há uma sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; há o incentivo ao ecoturismo e mais uma série de exemplos que se pode atribuir à nomenclatura de Educação Ambiental. Por isso, existe uma grande teia de espaços que se correlacionam, por terem em seu cerne a EA. Em se tratando de Educação Ambiental não formal, também existem espaços que acolhem o tema e fazem um bonito e importante trabalho de conscientização sobre o Meio Ambiente, e aqui se pode citar as Salas Verdes espalhadas por todo o território brasileiro como espaços de EA não formal.

Para uma compreensão do que são estes espaços chamados Salas Verdes têm-se as informações do Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes (2005). Este esclarece que se têm as Salas Verdes como Centros de Educação Ambiental não formal com foco na questão da informação ambiental sendo estimulados através do Ministério do Meio Ambiente. O mesmo PPP entende que:

> a EA não formal é bastante nebulosa na atualidade com pouca informação sistematizada disponível para educadores, técnicos e gestores que atuam no planejamento, no delineamento, na implementação e na avaliação das iniciativas diversas que compõem este segmento. Temos observado também que as poucas informações que se pode encontrar a respeito da chamada EA não formal centram-se em iniciativas realizadas em parques urbanos e não urbanos, zoológicos, jardins botânicos, comunidades nos arredores ou dependências de escolas, centros comunitários, etc. Como se vê trata-se de uma diversidade de palcos onde se realizam projetos e ações de educação ambiental para públicos igualmente variados. (SILVA, 2005, p.9)

Segundo as informações colhidas no site do Ministério do Meio Ambiente, o Projeto Salas Verdes passou a incentivar a implantação das mesmas no ano 2000. Este incentivo foi uma estratégia de encaminhar as demandas que estavam surgindo referentes a um apoio maior do Ministério para além da mera distribuição de livros e materiais ambientais para a disseminação da Educação Ambiental. Trouxe em seu cerne a premissa de um espaço onde a interação e o acesso à informação, à educação, à ação e à formação socioambiental estivessem presentes e, como meio de ação, promovessem o conhecimento e a disseminação da temática do Meio Ambiente. Assim as salas verdes espalhadas pelo Brasil são espaços referenciados de EA não formal.

E, ainda, para um melhor entendimento do que é uma Sala Verde, cita-se a definição que se encontra no site do MMA:

> Sala verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade. (MMA, 2000).

Com isto fica evidente que as Salas Verdes nasceram da necessidade por conhecimento e intimidade com os temas do Meio Ambiente por parte de uma parcela da população, consciente e em construção como sujeitos ecológicos. Vê-se,

então, que o Ministério do Meio Ambiente compreendeu esta necessidade, desta forma criou incentivos para a implantação de espaços nos quais a EA poderia ser encontrada. Assim, mantém a distribuição de livros e materiais de cunho ambiental para a montagem de uma biblioteca verde, mas traz possibilidades de montar espaços característicos para a disseminação da EA não formal. Desta forma,

> A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. (MMA, 2000).

Atualmente, quase todas as unidades da federação possuem uma sala verde. Segundo o site do governo federal, www.sibbr.gov.br, o Projeto Salas Verdes possui atualmente 363 unidades espalhadas por todo o Brasil, o projeto é coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA), do Ministério do Meio Ambiente. E entre as unidades federativas está a UFSC, campo de estudo desta pesquisa, onde sedia uma Sala Verde alinhada a estas diretrizes nacionais.

A SALA VERDE UFSC

Foi neste contexto de busca por conhecimentos e necessidade de disseminação de tais conhecimentos acerca do Meio Ambiente que surge na Universidade Federal de Santa Catarina a Sala Verde UFSC. De acordo com o resumo do Projeto “Sala Verde UFSC- articulando ideias, pessoas e instituições para ações em Educação Ambiental.”, foi em outubro de 2004 que junto a três ONG’s ambientalistas de Florianópolis integrantes da Rede Semente Sul, a saber: Klimata-Centro de Estudos Ambientais, Associação CAETÉ Cultura e Natureza e Grupo Pau Campeche, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) iniciou a parceria para estruturar uma Sala Verde no Campus, assim, junto às proponentes, o projeto foi assumido pela Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFSC e incluiu a Gerência de Ensino e Tecnologia da Grande Florianópolis. A sala Verde UFSC se estruturou no ano de 2004, consolidou-se ao longo do ano de 2005 e vem em uma crescente até os dias atuais.

É importante salientar que no referido Projeto de solicitação, a proponente, Universidade Federal de Santa Catarina, já estrutura como deseja trabalhar na possível Sala Verde UFSC. Nos objetivos do projeto aparece como está

fundamentada a atuação da futura sala, criando-se a tríade, Espaço de Referência, Espaço de Articulação e Espaço de Disseminação, sendo um destes três espaços o escolhido para compreendermos como se dá a EA não formal naquele ambiente.

Em um pequeno histórico, salienta-se por meio de documentos que no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, o Projeto Sala Verde UFSC sempre teve um professor na posição de coordenador do espaço. O Primeiro foi o Professor Érico Porto Filho nos anos de 2004 a 2009; de 2009 a 2012 foi coordenador o Prof. Raul Burgos. Em 2009 a servidora Marlene Alano Coelho Aguilar teve sua lotação fixada na Sala Verde UFSC, assumindo o cargo de bióloga, sendo a primeira servidora a ser lotada neste espaço desta vez já consolidado como um espaço físico próprio e não só utilizando o espaço da Biblioteca Universitária e do Colégio de Aplicação da UFSC. Em 2012, esta servidora assume a coordenação da Sala Verde UFSC. No ano de 2016 a Sala Verde UFSC e a servidora Marlene ganham um reforço com a lotação de mais uma servidora, Viviane Gonçalves Lapa Raulino foi lotada como Técnica em Assuntos Educacionais.

Foi com um grupo, sempre unido e consoante, que, desde o início, a sala Verde UFSC não se limitou a um espaço apenas para consulta bibliográfica ou de vídeos. Optou por iniciar as atividades educativas junto ao público externo ao projeto, desta feita poder-se-ia diagnosticar as potencialidades e limites da equipe e da proposta. Assim, potencializou a ação da rica tríade: Espaço de Referência, Espaço de Disseminação e Espaço de Articulação. Diante desta tríade é importantíssimo compreender como cada uma delas ocupa o espaço na sala verde UFSC. Assim quando se fala em Espaço de Referência está-se falando em um ambiente físico e informacional, situado no prédio da Biblioteca da UFSC. O Espaço de Disseminação é constituído como o ambiente onde acontecem as atividades de difusão de boas práticas ambientais, lugar onde ocorre a disseminação da Educação Ambiental, é o espaço externo ao Espaço de Referência. E, por fim, o Espaço de Articulação, este é compreendido como o ambiente que apoia a formulação de novos projetos e consolida novas parcerias.

Este estudo, em sua análise, utiliza-se do Espaço de Disseminação da tríade da Sala Verde UFSC para estudar a Educação Ambiental não formal. Em um primeiro momento da Sala Verde UFSC, no âmbito do Espaço de Disseminação, a

proposta foi de iniciar as atividades educativas junto ao público externo do Projeto e a EEB Jurema Cavalazzi do bairro José Mendes, de Florianópolis foi a parceira escolhida para o feito. Vale ressaltar que a primeira menção ao público-alvo para as práticas de EA não formal da Sala em relação ao espaço de disseminação foi o público jovem com as práticas de uma EA não formal ligada à sustentabilidade.

Curioso que em abril de 2005, em data não tão distante do projeto que menciona o público alvo, em uma reunião, para divulgação do Projeto Sala Verde UFSC, juntam-se representantes de todas as entidades envolvidas com o projeto e ali definem o público a ser atingido pelos materiais de divulgação criados. Consequentemente, a definição deste público alvo trás consigo a direção que a Educação Ambiental não formal, via Sala Verde UFSC, toma a partir daquele momento. Assim, de acordo com a pesquisa documental na Sala Verde UFSC tem-se que:

> O primeiro é o público interno, pessoas que compõem o Projeto Sala Verde representando as diferentes instituições e que precisam de ferramentas para potencializar os trabalhos. O segundo público são as pessoas que participam das atividades do projeto, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos. E por fim, o público geral, não envolvido diretamente com o projeto, mas que merece informações a respeito da proposta e das atividades desenvolvidas. (Ata da reunião de abril de 2005).

Assim, vê-se que a reunião de abril de 2005 reitera os atores como público-alvo mencionado no projeto ano de 2004. Não os classifica dentro dos espaços da tríade de atuação da Sala Verde UFSC, mas pode-se encontrar, por exemplo, o público “das atividades do projeto, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos”, presentes e relacionados ao público jovem, citado como público alvo do espaço de disseminação. E assim, com as estratégias de comunicação da Sala Verde escolhidas, juntamente com o público-alvo, no decorrer de 2005, enfatizando, neste ano, a Sala Verde UFSC como um espaço de disseminação, foram realizadas dez oficinas, algumas visitas monitoradas e palestras em escolas públicas, compreendendo duas atividades por mês. Os temas abordados trataram de: conservação da biodiversidade e da Mata Atlântica, valorização da cultura local, respeito ao saber tradicional, sociedade e meio ambiente, agroecologia, programas e projetos públicos voltados à Educação Ambiental, cidadania dentre outros.

A referida transformação social, almejada no Projeto proposto ao MMA em agosto de 2004, já citado, traz em sua essência a formação de sujeitos ecológicos, uma vez que deseja promover atividades que integrem, articulem e fortaleçam os atores envolvidos com a EA disseminada pela Sala Verde UFSC e possui um olhar sobre estes atores de que eles são multiplicadores, de que eles são parte de uma rede. A necessidade de um viver melhor no e com o Meio Ambiente é parte integrante do sentimento dos sujeitos ecológicos e cabe aqui explicar que feição este conceito tem pela voz de Crespo em seu estudo “O Brasil na era verde”, aqui o autor constrói um ideário básico do que é um ecologista e, consequentemente, quem é o sujeito ecológico, baseado em suas crenças.

> Crença na unidade do planeta em uma sociedade planetária, na possibilidade da extinção da vida, na ameaça populacional sobre os recursos naturais, na insustentabilidade do modelo economicista/utilitarista Ocidental, no equilíbrio ecológico como chave para o sucesso ou fracasso da espécie humana e, finalmente, crença na idéia (sic) de que passamos por uma crise de civilização que vai engendrar uma nova sensibilidade e/ou subjetividade que localiza no campo da cultura o motor da futura sociedade orientada por valores ecológicos. (CRESPO, 1992, p.41-42, APUD CARVALHO, 2001.)

Assim, de fato, pode-se olhar para a sala Verde UFSC e os participantes das oficinas como estes sujeitos ecológicos, já com todo um conceito intrínseco ou em formação. Chamá-los-ei de sujeitos ecológicos por terem uma tomada de consciência para o problema ambiental, por serem orientados por princípios de ideais ecológicos, visto a busca pela Sala Verde UFSC. E, pela mudança de práticas cotidianas para diminuir o impacto sobre o Meio Ambiente e conservá-lo.

Olhando desta forma, no viés do Espaço de Disseminação, tem-se uma diversidade de atores que podemos chamar de sujeitos ecológicos, pois se envolvem com o tema, seja como ouvintes, seja como palestrantes, e todos procuram dar sua contribuição na construção de uma vivência melhor com o Meio Ambiente. Salienta-se que as atividades propostas pela Sala Verde UFSC são fundamentais para a construção do sentimento ecológico, pois na EA precisamos de um envolvimento afetivo, lúdico, amoroso, de todos que a ela se dedicam e as práticas na Sala Verde UFSC promovem este ambiente, dando um pontapé inicial para aqueles que buscam informações sobre viver melhor no e com o Meio Ambiente.

Tendo o foco no Espaço de Disseminação, pode-se fazer o recorte, com bastante tranquilidade, por estar ali, atualmente, a maior parte do trabalho de espalhar e semear EA pela Sala Verde UFSC o Projeto “Oficinas Para Uma Vida Melhor”. Aqui se cita a professora Maria Paula Candido da Silva, a qual foi atuante como bolsista por seis meses na Sala Verde UFSC no ano de 2012, quando era aluna da UFSC, e depois voltou como pesquisadora para fazer seu TCC, este apresentado em 2018. Desta forma, pode-se vislumbrar, através do olhar desta profissional, o porquê das oficinas, pois no período em que foi bolsista da sala Verde UFSC, participou da execução e organização do projeto/trabalho Oficinas Para Uma Vida Melhor. Segundo Maria Paula Candido da Silva:

> tratava-se de criar momentos para permitir que pessoas pudessem ensinar saberes e compartilhar conhecimentos em busca de uma vida melhor [...]. Todas as oficinas deste projeto estão relacionados a atitudes lidas como “sustentáveis”, promovendo hábitos e estimulando um estilo de vida mais saudável e com menos prejuízos ao ambiente em que vivemos. (SILVA, 2018, p.22).

É em concordância com esta fala da professora que se pode lançar um olhar sobre as oficinas oferecidas pela Sala Verde UFSC no primeiro semestre de 2019. As oficinas foram escolhidas aleatoriamente para serem observadas e, assim, colher informações dos participantes através de um questionário semiestruturado.

Sobre a pesquisa documental pode-se dizer que foi um mergulho nos arquivos diversos presentes no espaço físico da sala verde UFSC. Já, sobre a pesquisa qualitativa de coleta de dados, foi por meio do questionário aplicado ao término de cada oficina que se buscou saber como estas tocaram e contribuíram na formação das pessoas que delas participaram. Desta pesquisa priorizou-se inferir, pela fala dos entrevistados, se a Oficina trouxe novidades acerca do conhecimento que tinham sobre o Meio Ambiente e como pretendiam colocar em prática o referido aprendizado. Tem-se por princípio que a busca pelo aprofundamento nos conhecimentos sobre o Meio Ambiente e a procura por uma vivência mais “sustentável” estejam no intuito primeiro dos interessados, no entanto será através das respostas obtidas que se saberá das subjetividades.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sobre as oficinas escolhidas, a divulgação das mesmas foi feita por vários canais, mas principalmente pelo site da Sala Verde UFSC https://salaverde.ufsc.br/.

Nela pode-se constatar que o teor da descrição vem ao encontro da fala da professora Maria Paula Candido da Silva em seu TCC quando diz que estas deveriam estar relacionados à atitudes lidas como “sustentáveis”, promovendo hábitos e estimulando um estilo de vida mais saudável e com menos prejuízos ao ambiente em que vivemos. E vem ao encontro, também, de um pensamento ecológico, um dos objetivos da Educação Ambiental. Assim, nas oficinas escolhidas, aleatoriamente, para seguir um cronograma de pesquisa e observação para este estudo teve-se: A oficina do dia 23/04/2019, Oficina do Eco caderno; a oficina do dia 26/04/2019, Oficina de Cosméticos Naturais; a oficina do dia 06/05/2019; Teoria, Técnica e Prática de papel reciclado; a oficina do dia 23/05/2019, Química dos Chás; a oficina de 11/06/2019, Oficina Arte e Sustentabilidade no Controle e Erradicação das E.E.I. da Flora. Na descrição de cada oficina já se nota o intuito primeiro de um viver mais sustentável disseminando, assim, uma EA não formal harmônica com um pensar ecológico claro. A descrição das oficinas pode ser consultada em https://salaverde.ufsc.br.

Sobre os Participantes

Ao todo participaram, respondendo o questionário de pesquisa, cinquenta pessoas. Destas cinquenta pessoas, 43 eram mulheres e 07 homens. A metade dos participantes estava com idade entre 16 e 24 anos e o restante distribuía-se dos 25 anos aos 45. O nível de escolaridade ultrapassava os primeiros degraus da vida acadêmica, dos cinquenta participantes apenas 3 tinham nível médio, os demais, 25 deles, estavam cursando o nível superior e, 22 já tinham concluído esta fase. Sobre o motivo de procurar uma oficina da Sala Verde UFSC, os participantes podiam assinalar mais de uma alternativa e assim, alguns, o fizeram. Pode-se aferir que a maioria buscou a oficina na sala verde UFSC para “uso pessoal”, este item foi assinalado 36 vezes. Os participantes, em número de 27, também assinalaram a opção de “buscar e/ou aprofundar os conhecimentos sobre Meio Ambiente” e 6 deles assinalaram que buscaram as oficinas para ter uma “prática artesanal para empreender”.

Ao se analisar as escolhas feitas pelos participantes acerca do interesse em fazer parte de uma oficina da Sala Verde da UFSC, vê-se que a maioria das respostas diz respeito à reiteração e aprofundamento de uma prática de vida

sustentável e respeitosa para com o Meio Ambiente. O “uso pessoal” traz esta confirmação, pois demonstra que estes participantes desejam viver em consonância com uma vida mais sustentável, preservando, assim, o Meio Ambiente. Neste ponto tem-se claro o feliz encontro do que diz a lei, do que está expresso como desejo primordial nos documentos da Sala Verde UFSC e a intencionalidade do público, ou seja, ter uma vida que promova o bem estar do indivíduo com o meio Ambiente, sem que o indivíduo se retire deste.

O alcance que a Educação Ambiental não formal, promovida pela Sala Verde UFSC, foi revelado pelos participantes em duas categorias que reúnem “As novidades ou conhecimentos adquiridos sobre o Meio Ambiente” e “Como colocar em prática o aprendizado”.

As novidades ou conhecimentos adquiridos sobre o Meio Ambiente

Os participantes ressaltaram que os conhecimentos adquiridos trouxeram uma melhor relação com a natureza, entendida aqui como Meio Ambiente:

> “Viver de forma mais consciente”
> “Informações sobre produtos poluentes no mercado”
> “A utilização de produtos naturais” (Participantes da Oficina de Cosméticos Naturais).
>
> “A possibilidade real de usar papel reciclado artesanal.”
> “Aproveitamento de elementos disponíveis na natureza sem ofendê-la.”
> “De dar um fim ecológico para o meu lixo.” (Participantes da Oficina Teoria, Técnica e Prática de Papel Reciclado).
>
> “O cuidado com algumas plantas tóxicas” (Participante da Oficina Química dos Chás).

A possibilidade real de um fazer mais sustentável também foi exposta pelos participantes no âmbito de novidades sobre o Meio Ambiente.

> “Reutilização, inovação (materiais novos)”
> “A variedade das possibilidades de (re)uso da celulose”
> “Não sabia que era tão acessível e fácil fabricar papel. Não sabia que a técnica era aplicada à área civil”
> “A possibilidade real de usar papel reciclado artesanal.”
> “Imaginava que a reciclagem/reaproveitamento de papel fosse feito de forma diferente, mais complicada.” (Participantes da Oficina Teoria, Técnica e Prática de Papel Reciclado).

Como colocar em prática o aprendizado

De um modo geral, os participantes reiteraram o desejo de usar os conhecimentos e colocá-los em prática no nível pessoal, dando a sua contribuição individual para o cuidado com o Meio Ambiente:

> "Fazendo meus cadernos."
> "Reduzindo a produção de rejeitos."
> "Em revestimentos de coisas em casa, fazer papel semente para usar em etiquetas de artesanato, etc."
>
> "Pretendo continuar frequentando a Sala Verde para fabricar papel, e aos poucos, ir montando minha própria área de trabalho em casa. Trazer mais gente para fazer, já que é uma atividade bastante social".
>
> "Reaproveitando os papéis que eu mesma utilizo para fins pessoais. Talvez reutilizar papéis de amigos e conhecidos também."
> "Para uso próprio, produzindo a matéria prima para meus produtos dentro do conceito dos 5Rs (reduzir, reciclar, recusar, repensar)."
> "Fazendo papel reciclado para usar em produtos que produza."
> "Guardar papel para reciclagem e continuação da prática da reciclagem de papel na Sala Verde UFSC." (Participantes da Oficina Teoria, Técnica e Prática de papel reciclado).
>
> "Manejos de terra através da permacultura e conceitos da agrofloresta e também para aprender e usufruir de outros encantos da natureza."
> "Complementar informações e utilizá-las no dia a dia."
> "Uso pessoal ou para conhecidos ou interessados (não remunerado)". (Participantes da Oficina Química dos Chás).
>
> "Pretendo utilizar para acrescentá-la positivamente ao meio ambiente e também como hobbie."
> "Pretendo usar a polpa para papel, cosméticos e produtos de limpeza"
> Fazer produtos como sabonete, shampoo artesanal, cestas- trabalho com fibra."
> "Utilizando a planta mais no dia a dia seu suco e fibra para produzir embalagens."
> "Fazendo utilização da planta e aproveitando todas as suas propriedades: na alimentação, na limpeza e como uma alternativa para o artesanato sustentável." (Participantes da Oficina Arte e Sustentabilidade no Controle e Erradicação das E.E.I. da Flora).

Mas também, por outro lado, alguns participantes revelaram o intuito de expandir e disseminar o conhecimento que adquiriram através da EA não formal na Oficina.

> "Aplicar as práticas aprendidas na área de educação após o término do curso superior de licenciatura."
> "Pretendo aplicar os conhecimentos adquiridos em conjunto com outras técnicas que eu já conheço para a produção de cadernos e material de divulgação artesanais."
> "Tenho curso de encadernação e pretendo utilizar o conhecimento adquirido para usar nas capas dos cadernos. Penso em dar uma oficina para crianças e continuar o trabalho na Sala Verde."
> "Produzindo e divulgando o conhecimento." (Participantes da Oficina Teoria, Técnica e Prática de papel reciclado).

> “Com o incentivo da oficina pretendo me aprofundar nos estudos sobre plantas medicinais, tanto para uso próprio como para de outras pessoas e quem sabe trabalhar em alguns projetos relacionados a isso.”
> “No manuseio dos chás e auxiliando outras pessoas sobre as propriedades presentes no chá.” (Participantes da Oficina Química dos Chás).
>
> “Dando aula futuramente e possivelmente utilizando os conhecimentos durante o curso da universidade.”
> “Elaborando objetos de utilidade o dia a dia para uso pessoal ou da comunidade, gerando alternativas sustentáveis, ecológicas e fáceis a todos.” (Participantes da Oficina Arte e Sustentabilidade no Controle e Erradicação das E.E.I. da Flora).

Duas situações merecem anotação deste resultado da pesquisa: primeira; de fato o público alvo, conhecido por meio das oficinas, é um público jovem e este dado corrobora com o desejo explicitado pela Sala Verde UFSC no Espaço de Disseminação, de atingir este público. Faz valer ainda mais porque o público a procurou de forma espontânea, mesmo o anúncio ter estado ao alcance de várias faixas etárias. Segunda, pelo resultado da pesquisa observa-se a presença de vários sujeitos ecológicos compondo o Espaço de Disseminação da sala Verde UFSC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar o público atingido pela Educação Ambiental não formal, promovida pela Sala Verde UFSC, por meio de oficinas e como este público pretendia utilizar os conhecimentos adquiridos. O estudo foi conduzido por uma pesquisa documental para se inteirar de como a Educação Ambiental era tratada na Sala Verde UFSC, bem como se deu a construção deste espaço de disseminação que corrobora para uma vida mais sustentável. Com um questionário semiestruturado pode-se identificar qual o público que procurava as oficinas e também como o mesmo público pretendia levar o conhecimento adquirido adiante.

Ao iniciar este trabalho havia o questionamento de como a Sala Verde UFSC se constituiu como um espaço de disseminação de Educação Ambiental não formal e como os sujeitos que tinham contato com uma Educação Ambiental não formal lidavam com o conhecimento construído em suas caminhadas como sujeitos ecológicos. Desta forma se fazia necessário buscar estas respostas através da própria fala destes sujeitos, o que ocorreu através do questionário. Diante desta

proposta inicial, o estudo ficou a contento, uma vez que estas respostas foram alcançadas. A construção da Sala Verde UFSC foi conhecida pelos documentos que a mesma continha em seu espaço físico. Em relação ao conhecimento sobre a disseminação da Educação Ambiental, este se fez presente nas respostas dos participantes das oficinas, quando foi revelado o “como” iriam colocar em prática os conhecimentos acerca dos cuidados com o Meio Ambiente para uma vida mais sustentável.

No decorrer da pesquisa não foram encontradas grandes dificuldades sobre a aplicação do questionário, as pessoas que se encontravam nas oficinas tiveram bom grado em contribuir. Houve dificuldade em alcançar um maior número de pessoas que fossem leigas no assunto “Cuidados com o Meio Ambiente” e “Vida Sustentável”, ou seja, os presentes eram quase que em unanimidade, pessoas que traziam um sentimento familiar com estes assuntos. Traziam um sentimento e um comportamento de sujeitos ecológicos.

Vê-se, então, nos resultados da pesquisa, que o Espaço de Disseminação da Sala Verde UFSC consegue propagar uma Educação Ambiental não formal no sentido de buscar a conscientização dos participantes de seu Espaço por meio de atividades sustentáveis, bom uso da natureza para uma vida consoante com a mesma e de um trabalho de destinação correta de resíduos. Quanto ao público que chega até o Espaço de Disseminação da Sala Verde UFSC, observou-se que são pessoas que já estão em uma vivência voltada à sustentabilidade, são pessoas tocadas por um sentimento de sujeito ecológico, ou ainda, pessoas que desejam ter intimidade com o meio ambiente para poder viver de forma sustentável ou passar o conhecimento adquirido adiante com mais propriedade. Estes resultados indicam a necessidade de cada vez mais se ter investimento em Educação Ambiental por parte do governo e da sociedade como um todo para criar este sentimento de cuidado com o Meio Ambiente, este sentimento de conscientização de um sujeito ecológico em mais pessoas.

Por este motivo, ficou explícita a necessidade de se criar ferramentas e estudos para que se possa alcançar, com a necessária Educação Ambiental, o grande grupo de indivíduos que não vivenciam os preceitos de uma vida sustentável para a conservação do Meio Ambiente. Fica, então, uma recomendação de que uma

pesquisa seja feita para se identificar os porquês do não interesse em Educação Ambiental por parte da população em geral. Acredita-se que devida a grande importância do tema, os estudos sejam necessários e trarão compreensão de como atribuir o devido valor a uma vida sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.795, 27 de Abril de 1999.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 13/04/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. . **Projeto Salas Verdes.** Disponível em: http://salasverdes.mma.gov.br/o-que-e-uma-sala-verde/. Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais/ Ética.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRASIL. SIBBR. **Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira.** Disponível em: http://www.sibbr.gov.br/internal/?area=comunicacao&subarea=noticias&subarea=noticia_36. Acesso em: 19 maio 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**. 2001. 349 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **0s (des) caminhos do Meio Ambiente.** 15. ed. 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Fábio Deboni da Silva. **Projeto Político Pedagógico Aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes. Manual de Orientação.** Ministério do Meio Ambiente; Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: 2005.

SILVA, Maria Paula Candido da. **Ser Sala Verde UFSC: Educação Ambiental pela extensão do vivido e do inventado.** 2018. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

UFSC, Sala Verde. **Sala Verde UFSC.** 2019. Disponível em: https://salaverde.ufsc.br/. Acesso em: 15 mar. 2019.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GONÇALVES, Melina Mucillo. **Educação Ambiental e a inclusão de jovens e adultos com deficiência Intelectual.** Revbea, São Paulo, V. 12, No 3 – Caderno II - Anais do IX FBEA, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de educação Ambiental. **Criação de Novas Salas Verdes.** 2017.

LÜCKMAN, Ana Paula. BURIN, Camila Koerich. **Organização. Manual de Comunicação Científica.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. ERNANI, Cesar de Freitas. **Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental***.* São Paulo: Brasiliense, 2014.

RODRIGUES, Efraim. **Histórias impublicáveis sobre trabalhos acadêmicos e seus autores.** Londrina: Editora Planta, 2008.